

Sarney aprova o plano de Sayad. Mas quer ouvir Funaro.

Entre as propostas está mesmo o fim do gatilho e nova promessa de cortar gastos

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, receberá na próxima quarta-feira o esboço do plano de ajuste da economia elaborado pelo ministro do Planejamento, João Sayad, que se encontra com o presidente José Sarney desde o último dia 20. Sarney leu o esboço e gostou do conteúdo, solicitando ao ministro maiores detalhes do plano, os quais lhe foram entregues em forma de um documento em que se explicita cada um dos quatro pontos da sucinta exposição original.

Segundo fontes bem próximas do presidente, Sarney decidiu submeter a sugestão da Seplan aos demais ministérios da área econômica, em especial ao da Fazenda, e também ao ministro do Trabalho, particularmente o item relativo à política salarial. Sayad propõe reajustes salariais ajustados à taxa inflacionária incorrida, eliminando-se qualquer estimativa de inflação futura, com o evidente propósito de impedir que os salários alimentem a inflação e vice-versa.

Interesse

Um assessor de confiança do ministro do Planejamento disse ao *Jornal da Tarde* que Sayad decidiu propor ao presidente um esboço de programa de ajustes econômicos a partir de duas realidades: o fracasso do Plano Cruzado, que se tornou evidente após a frustrada tentativa de novembro do ano passado, com o Cruzado II e as pressões vindas tanto dos políticos como da imprensa e do meio empresarial, reclamando a falta de um programa econômico. De acordo com o informante, os quatro pontos são "óbvios, mas interessantes", na medida em que propõem uma política consistente de ajuste interno que, em seus pontos básicos, coinci-

de com as sugestões de políticos que têm sido feitas até pelos credores externos.

Esses pontos coincidentes seriam, entre outros:

1) A definição de uma taxa adequada de crescimento do PIB, equilibrada entre os extremos dos 8% previstos para o ano passado, como resultado da explosão da demanda, e de uma recessão apregoadas por setores políticos e empresariais. Sayad propõe uma expansão do PIB, este ano, entre 4 e 5%, o que pressupõe uma administração cuidadosa da redução do nível de consumo, através do manejo das políticas fiscal e monetária;

2) Uma redução substancial dos dispêndios do setor público, através da adoção simultânea de duas políticas: ampliação dos índices de produtividade, via racionalização de procedimentos administrativos e saneamento financeiro de empresas estatais, e estabelecimento de uma escala prioritária para os investimentos públicos, dando-se preferência às aplicações em setores de infra-estrutura econômica que reduziram a oferta ao setor privado, como energia elétrica e transportes;

3) Uma política de preços que, num primeiro momento, promova um realinhamento gradual dos preços em função dos custos de produção e, em relação ao setor público, garanta a recomposição tarifária capaz de restabelecer o equilíbrio da receita operacional das empresas estatais, e a médio e longo prazo assegure um nível de maior liberdade ao sistema da economia de mercado, restringindo-se o controle aos produtos oligopolizados. A tese que está por trás desse item do programa de Sayad é a convi-

vência com uma taxa inflacionária administrável, favorecida pela reintrodução da indexação;

Uma política salarial que garanta, persistentemente, o valor real do salário, sem provocar pressões inflacionárias. Esse objetivo seria atingido através de uma fórmula de reajuste salarial que considerasse a inflação efetivamente incorrida em determinado período e que não projetasse a inflação futura, de forma a evitar a alimentação da disputa preços-salários.

Para negociação

Além de discutir as linhas mestras do programa com a área econômica, em especial o Ministério da Fazenda, o presidente Sarney pretende ouvir também as lideranças políticas, sobretudo em relação à política salarial, que teria de ser aprovada através de um projeto de lei a ser remetido ao Congresso.

Aliás, o proselitismo junto aos líderes políticos está sendo feito pelo próprio ministro do Planejamento, que discutiu o esboço do programa com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o líder da bancada na Câmara, Luiz Henrique, o vice-líder João Hermann, o deputado José Serra e outros. O retorno, segundo os assessores do ministro do Planejamento, "foi excelente", indicando que o programa poderá facilmente ter o apoio da maioria parlamentar no Congresso.

Garantem os assessores do ministro do Planejamento que, ao apresentar o programa econômico ao presidente, Sayad não teve o propósito de reforçar sua posição na Seplan e, ao mesmo tempo, defender a permanência do atual *status* do órgão, no conjunto da equipe econômica. O ponto de vista do ministro é de que a Seplan já foi suficientemente esvaziada pelo Ministério da Fazenda, tendo reduzido seu poder praticamente à atividade de planejamento.

A reação do Planalto é similar: o projeto do ministro Sayad foi interpretado como um exemplo ilustrativo do pleno exercício das atribuições da Seplan, tal como definido no Decreto-lei 200/67, que dispõe sobre a reforma administrativa, ou seja, como um órgão de assessoramento do presidente da República em questões de planejamento.

Assim sendo, a apresentação do programa não produzirá nenhum efeito sobre a decisão que o presidente vier a tomar a respeito do futuro da Seplan e do consequente aumento da forma de poderes hoje detidos pelo Ministério da Fazenda. O presidente — garantiu um seu auxiliar de confiança — tem recebido, de variadas fontes, sugestões no sentido de centralizar no Ministério da Fazenda as decisões de política econômica, transformando o ministro Funaro em virtual ministro da Economia, mas ainda não amadureceu uma decisão a respeito.

